

1 **Comissão Intergestores Bipartite de Assistência Social de Santa Catarina (CIB-**
2 **SC-AS).** Aos vinte e um dias do mês de março de dois mil e dezenove, às treze horas e
3 trinta minutos, Eugênio Avanci, 402, Centro - Garuva/SC, CEP: 89248-000, realizou-se
4 a reunião plenária ordinária da Comissão Intergestores Bipartite da Assistência Social
5 (CIB-AS-SC) com a presença dos membros: representantes da Secretaria de Estado
6 da Assistência Social, Trabalho e Habitação (SST/SC): Maria Elisa da Silveira de Caro
7 (titular e Coordenadora da CIBSC); Sandra Regina Coimbra da Silva (titular e Diretora
8 de Assistência Social), Letícia Martins Falcão Ferreira (titular e Gerente do Fundo de
9 Assistência Social), e representantes do Colegiado Estadual de Gestores Municipais de
10 Assistência Social (COEGEMAS/SC): Magno Rafael de Borba Muñoz (titular e
11 Presidente do COEGEMAS); Vagner Ferreira de Oliveira (membro titular e Secretário
12 Municipal de Assistência Social de Joinville/SC), Juliano Nildo de Maria (titular e
13 Secretário Municipal de Assistência Social de Navegantes/SC), Maria Cláudia Goulart
14 da Silva (titular e Secretária Municipal de Assistência Social de Florianópolis/SC),
15 Wilson Alexandre Mello (Suplente Santo Amaro Imperatriz/SC), Bianca Bibiana
16 Machado (Suplente Tijucas/SC). Ainda estavam presentes gestores e técnicos
17 municipais, representantes da câmara técnica, secretarias regionais, associações de
18 municípios, conselhos e a Conselheira do CEAS Nanci de Paula. Heloíse Lemos
19 servidora do município de Garuva/SC realizou o chamamento e composição da mesa.
20 Em seguida com a palavra, a Coordenadora da CIBSC saudou a todos (as), disse que
21 a sua gestão pretende realizar um trabalho inovador com a valorização do trabalho
22 técnico dos servidores. Com a palavra o Presidente do COEGEMAS Magno saudou a
23 todos (as) e lembrou que os municípios continuam na busca pelo fortalecimento da
24 Política de Assistência Social. **1º Verificação da presença e da existência de**
25 **quorum:** sendo constatada a existência de quórum, conforme o Regimento Interno da
26 CIB-AS-SC, foi possível prosseguir os trabalhos de acordo com a ordem do dia. **2º**
27 **Apresentação, apreciação e aprovação da ordem do dia –** O Plenário aprovou a
28 pauta e incluiu a transferência dos veículos aos municípios pelo Estado. **3º Apreciação**
29 **e aprovação da ata da reunião anterior:** Comunicou-se que a Ata nº 01/2019 da
30 reunião ordinária foi encaminhada com antecedência aos membros da CIB, a qual foi
31 considerada lida e aprovada pelo Plenário. **4º Correspondências recebidas e**
32 **expedidas:** As correspondências expedidas e recebidas foram enviadas por e-mail,
33 com antecedência, aos Representantes da CIB e a relação está disponível na presente
34 reunião para consulta e será disponibilizado o arquivo no link da CIB
35 <http://www.sst.sc.gov.br/index.php/institucional/cib>. **5º Pactuação de matérias:**
36 Alteração da data da plenária CIB, o plenário por consenso alterou a data da plenária
37 de 23 de maio para o dia 29. **6º Matérias de Discussão. Cofinanciamento 2018**
38 **destinação de recursos:** A Diretora de Assistência Social retomou a informação do
39 valor de R\$ 14.500,00 (quatorze milhões e quinhentos mil reais) disponível pela
40 Secretaria da Fazenda (SEF) do ano de 2018 referente a Proteção Social Básica e a
41 Proteção Social Especial de Média Complexidade; Magno informou que o valor

42 pactuado em 2018 foi de R\$ 15.000,00 (quinze milhões de reais) no ano de 2018 para
43 a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial de Média Complexidade e que a
44 diferença pendente do repasse do cofinanciamento 2018 é de R\$ 2.193,00 (dois mil
45 cento e noventa e três reais) para cada município que assumiu as despesas de
46 investimento, sendo que a falta desse valor inviabiliza ações do plano de ação da
47 Assistência Social e afirmou Magno que a posição do COEGEMAS é manter o valor da
48 pactuação de 2018. **Resposta referente ao pagamento do cofinanciamento 2018:**
49 Maria Elisa explicou que a SST irá repassar aos municípios R\$ 2.000.000,00 (dois
50 milhões de reais) para a Proteção Social de Média Complexidade no mês de abril e R\$
51 2.500. 000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) nos meses subsequentes. Segue
52 explicando a coordenadora da CIB que o Programa Santa Renda irá ser desativado em
53 julho. Mas, o saldo remanescente será repassado até o final do ano. Wilson Secretário
54 Municipal de Assistência Social de Santo Amaro perguntou se a o repasse dos R\$
55 500.000,00 (quinhentos mil reais) não vai ser feito porque a Secretaria da Fazenda
56 (SEF) não encontrou o registro financeiro, sendo uma informação errônea da gestão
57 anterior. Juliano com a palavra mencionou que em conversa com a Janice Assistente
58 Social da Federação Catarinense de Municípios (FECAM), essa disse ter um
59 documento constando um saldo a pagar de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). A
60 Coordenadora da CIB afirmou que a SEF disse que jamais houve esse registro. E, que
61 a nova gestão da SST e o COEGEMAS foram pegos de surpresa. Juliano Secretário
62 Municipal de Assistência Social de Navegantes retomou o assunto sobre o saldo a
63 pagar de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) lembrando que é decisão consenso que
64 o COEGEMAS perdoa o equívoco do valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e
65 aguardam o repasse do saldo remanescente do Programa Santa Renda até o final do
66 ano. Maria Elisa informou que o valor do saldo remanescente do Santa Renda gira em
67 torno de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) a R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de
68 reais). Sandra Diretora de Assistência Social reafirmou o repasse à Proteção Social de
69 Média Complexidade no valor total de R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos
70 mil reais) e informou que a Gerente do Fundo de Assistência Social Leticia Ferreira irá
71 realizar a redistribuição aos municípios. Também informou Sandra que foi enviada uma
72 tabela de distribuição do valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) da
73 pactuação de 2018, a qual foi estudada pelo COEGEMAS. Ainda comunicou Sandra
74 que foram retirados R\$ 2.193,00 (dois mil cento e noventa e três reais) dos municípios
75 que colocaram no plano os custos de investimentos. **Apresentação do Grupo de**
76 **Música:** Grupo Música e Arte, formado pelos alunos dos professores Luis Henrique,
77 Rafael e Cristian - projeto da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico,
78 Esporte e Turismo de Garuva. Maria Elisa e Sandra agradeceram a apresentação do
79 grupo de música. **Status do Grupo de Trabalho de pisos de cofinanciamento:** Com
80 a palavra Sandra explicou que o grupo de trabalho de pisos de cofinanciamento iniciou
81 em 2017 e continuou em 2018, sendo que tais estudos impactam a implantação da Lei
82 do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS). Avançou o grupo de trabalho os

83 estudos e atualmente estão estudando os pisos de cofinanciamento dos benefícios
84 eventuais e elaborando um questionário para levantarem os custos de oferta de cada
85 serviço no equipamento junto aos municípios, dessa forma podem ter as informações
86 para comporem os pisos de cofinanciamento estadual. Sandra solicitou a ajuda da
87 FECAM para articular o ágil preenchimento do questionário pelos municípios. Maria
88 Cláudia Secretária Municipal de Assistência Social de Florianópolis informou que o
89 custo dos serviços nos Centros de Referência de Assistência Social em Florianópolis é
90 R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) e acredita que nos demais municípios do Estado o
91 valor do custo é semelhante, devido a composição da equipe de referência ter de ser a
92 mesma nesses equipamentos. Lembrou Maria Cláudia da necessidade de assegurar o
93 cofinanciamento regular pelo Governo Federal e Estado, o que não vem acontecendo.
94 Patrícia gestora da Assistência Social do município de Balneário Camboriú perguntou
95 se no grupo de trabalho há um diálogo sobre a fusão dos serviços da Média e Alta
96 Complexidade que agora chama-se Bloco de Financiamento da Proteção Especial,
97 devido a esse assunto influenciar na movimentação dos recursos federais e estaduais.
98 A Diretoria de Assistência Social explicou que ainda não trataram dessa questão. Com
99 a palavra a Gerente de Gestão do FEAS Letícia explicou que estão pensando nos pisos
100 levando em consideração os serviços de cada proteção e benefícios eventuais e
101 quando forem cofinanciar pode ser feito em blocos. Também estão sendo analisadas
102 as equipes de referência da proteção social especial na gestão e os serviços de
103 proteção social especial para calamidades e emergências, além dos serviços de
104 proteção social básica, média e alta complexidade. Letícia informou que a GFEAS vai
105 realizar um levantamento sobre os custos para poder fundamentar junto ao Governo do
106 Estado e a SEF a respeito do cofinanciamento e do repasse regular e automático, os
107 pisos de cofinanciamento, o Sistema de Informação e demais assuntos, sendo que
108 esses assuntos estão incluídos na Lei do FEAS. Reafirmou Letícia a importância da
109 urgência da tramitação da Lei do FEAS nas devidas instâncias. Sugeriu Magno a
110 participação da Câmara Técnica nos estudos. Magno retomou a proposta da gestão
111 anterior de articular com a Assembleia Legislativa a aprovação da Lei do FEAS e esta
112 gestão também tem essa visão, porém é necessário firmar os pisos de
113 cofinanciamento. Solicitou Magno o agendamento de uma conversa com o Governador
114 para tratarem da Lei do FEAS. Magno explanou que ter como ponto de partida os
115 custos, não é o ideal para os estudos, pois há outros fatores relevantes. Explicou
116 Magno que a arrecadação do município depende do seu porte, por exemplo os
117 menores municípios possuem uma arrecadação menor. Citou Magno que o Governo
118 Federal repassa R\$ 6.000.00 (seis mil reais) do serviço de Proteção e Atenção Integral
119 a Família (PAIF), porém o custo total dos municípios com esse serviço é de R\$
120 25.000,00 (vinte e cinco mil reais). Em relação aos blocos Magno sugeriu ao Estado de
121 Santa Catarina a junção da Média e Alta Complexidade, uma vez que na Governo
122 Federal essa junção foi realizada e permite o pagamento das despesas de investimento
123 e custeio. **Família Acolhedora para Pessoas Idosas:** Janice Assistente Social da

124 FECAM sugeriu que a proposta da Lei sobre a Família Acolhedora para Pessoas
125 Idosas seja discutida na próxima Plenária da Comissão Intergestores Tripartite (CIT), o
126 Plenário da CIB acatou a sugestão da Janice. **7º Informes. CapacitaSUAS:** O
127 planejamento da execução do programa irá inserir o público dos imigrantes residentes
128 no Estado. **Webconferência da Coordenadoria da Mulher:** acontecerá no dia 25/03
129 às 14:00 h, quem quiser participar deve se inscrever no canal do youtube da SST. Os
130 demais informes foram realizados pela Diretora de Assistência Social, os quais foram
131 enviados previamente por e-mail aos representantes da CIB-AS-SC e podem ser
132 consultados no link <http://www.sst.sc.gov.br/index.php/institucional/cib>.
133 **Encaminhamentos:** A Coordenadora da CIB irá agendar a reunião entre o
134 COEGEMAS e o Estado; Magno solicitou que a SST leve a proposta dos valores de
135 cofinanciamento 2019 na próxima Plenária da CIB; dúvidas sobre a transferência de
136 veículos entrar em contato com o Esmael Gerente de Planejamento da SST. Maria
137 Elisa da Silveira de Caro, Sandra Regina Coimbra da Silva e os demais representantes
138 do plenário agradeceram a presença de todos (as) e desejaram um bom retorno. Nada
139 mais havendo a tratar, eu Suzy Cristina Rodrigues Secretária Executiva da CIBSC,
140 lavrei a presente Ata, cuja gravação encontra-se nos arquivos da Secretaria Executiva
141 da CIB-AS-SC.